

TERENCE PARSONS — OBJETOS NATIVOS E IMIGRANTES

TERENCE PARSONS — NATIVE AND IMMIGRANT OBJECTS

Gustavo Krieger Vazquez¹

RESUMO: Os termos entidades nativas e entidades imigrantes, mencionados por Walter Mignolo no artigo “Literatura e História na América Latina”, publicado em 1993 e difundido entre estudiosos de ficção histórica, tratam de definições que diferenciam personagens criadas para uma obra particular de personagens que foram baseadas em personalidades históricas. Esses conceitos provêm da obra *Nonexistent objects* (1980), de Terence Parsons, que analisaremos buscando melhor entendimento, além de outros trabalhos da filosofia da linguagem que a precederam.

Palavras-chave: ficção histórica; filosofia da linguagem; Terence Parsons.

ABSTRACT: The terms native entities and immigrant entities, mentioned by Walter Mignolo in the article “Literature and History in Latin America”, published in 1993 and disseminated among scholars of historical fiction, deals with definitions that differentiate characters created for a given work from characters based on historical personalities. These concepts come from the work *Nonexistent objects* (1980), by Terence Parsons, which we will analyze in search of a better understanding of them, in addition to other works dealing with the philosophy of language that preceded it.

Keywords: historical fiction; philosophy of language; Terence Parsons.

1. INTRODUÇÃO

A apresentação de Walter Mignolo no simpósio “Literatura e História na América Latina”, realizado em 1991, intitulada “Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa” e publicada em livro em 1993, busca responder questões várias sobre as relações entre literatura e história — seus métodos, propósitos, pontos de contato e de atrito —,

¹ Doutorando, UFPR.

questões pertinentes a certos estudos atuais no campo da ficção histórica.² Em determinado momento da apresentação, Mignolo (1993) define dois termos aplicáveis a esses estudos que foram tomados do filósofo estadunidense Terence Parsons:

[Parsons] distinguiu, assim, *entidades nativas* e *entidades imigrantes*. O doutor Francia, no romance já aludido [*Yo, el supremo*, de Augusto Roa Bastos], seria uma entidade imigrante, pois muda de um mundo onde o reconhecemos como entidade existente (aceitávamos sua existência antes que fosse escrito o romance) para um mundo ficcional (nós o aceitamos no romance como personagem de ficção e pessoa histórica, ao mesmo tempo). O compilador, ao contrário, cuja existência não conhecemos antes do romance, seria uma entidade nativa. (p. 125–126, grifos do autor).

Os conceitos *entidades nativas* e *entidades imigrantes* foram posteriormente utilizados em estudos que tratam de romances históricos. Porém, é provável que o leitor encontre um de dois erros nessas dissertações, artigos e comunicações. É possível que o leitor e autor do estudo tenha tomado tais conceitos como tendo sido criados pelo próprio Walter Mignolo, com Parsons sequer sendo citado. Se não é isso que ocorre, os conceitos são tomados na maior literalidade possível, sem que uma busca pela obra original onde eles foram cunhados seja feita. A prova mais clara disso é o estudioso, ao escrever seu artigo, manter a incongruência presente no texto de Mignolo, que é utilizar errado o nome do filósofo: Parson, ao invés de Parsons. Além disso, como a obra original do filósofo, *Nonexistent objects* (1980), foi mencionada por Mignolo apenas nas referências, os estudiosos raramente a citam.

Pela clareza, deve-se ter em mente que a palavra original utilizada por Parsons é *objetos* (objects), e não *entidades*. Mais que isso, os termos são mais complexos do que algo feito simplesmente para indicar personagens com existências antes de “escrito o

2 São posições que se afastam da recepção crítica tradicional baseada em György Lukács, por exemplo, fazendo uso de teorias literárias e históricas mais recentes, como as de Hayden White. Para uma visão abrangente e clara do assunto, recomendamos “Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular” (2011), de Marilene Weinhardt. No artigo há, também, considerações sobre aspectos do texto de Mignolo que não os que trataremos aqui (WEINHARDT, 2011, p. 23–25), além de um posicionamento das ideias do estudioso em um espectro historiográfico mais amplo.

romance” (e se, ao invés de personalidades históricas, for um mito, uma suposição histórica, uma personagem de um livro anterior ou de um rascunho inicial da obra?). Mesmo a definição de *objeto nativo* como sendo algo cuja “existência não conhecemos antes do romance” é dúbia, para dizer o mínimo. O estudioso pode ter lido previamente em uma crítica informações sobre o compilador de *Yo, el Supremo* (1974) (talvez até sabendo minúcias, se for através de um estudo detalhado), dessa forma “conhecendo” ele antes de o romance ter sido lido; não por isso deixará de ser um objeto nativo daquela obra. Ou, usando uma personagem querida a Parsons, Sherlock Holmes é nativo tanto em sua primeira obra, *Um estudo em vermelho* (1897), quanto em *O vale do terror* (1914–1915).

Em suma, embora *objetos nativos* e *objetos imigrantes* sejam termos funcionais, práticos, perigo há em se tomar definições de segunda mão — isto é, do que Mignolo (1993) afirma, e não da obra original de Parsons, onde tais termos foram cunhados, *Nonexistent objects* (1980). Fato é que tais termos foram concebidos primariamente com intenções filosóficas. Assim sendo, a obra de Parsons exige certa compreensão de trabalhos de outros filósofos com os quais ela dialoga. Iniciaremos com os estudos de Gottlob Frege e Bertrand Russell, procurando entender a origem dos termos e a razão pela qual foram concebidos.

2. GOTTLLOB FREGE — “SOBRE O SENTIDO E A REFERÊNCIA”

Em seu artigo de 1892, “Sobre o sentido e a referência”, o filósofo alemão Gottlob Frege buscou elucidar certas questões da linguagem que perturbavam mentes filosóficas e científicas. São problemas que remontam a Aristóteles, até mesmo a filósofos gregos anteriores, e que atravessaram milênios sem soluções duradouras. Resumidamente, uma sentença depende de suas referências para que possamos

compreendê-la e determinar seu valor de verdade.³ Por exemplo, reagimos positivamente à sentença “Enxergamos Vênus no céu noturno”, pois sabemos ao que a palavra “Vênus” e a expressão “céu noturno” se referem. Porém, tomemos os termos “Estrela da manhã” e “Estrela da tarde”, pelos quais o planeta Vênus é conhecido. Suponhamos que há um homem, João, que sabe que Vênus é igual à Estrela da tarde, e que a vê todo início de noite; porém, não só ele acredita que a Estrela da manhã se refere a outro planeta como, sendo notívago, nunca acordou cedo o bastante para vê-la. Teríamos as seguintes sentenças:

A — João diz ter visto a Estrela da tarde.

B — João diz nunca ter visto a Estrela da manhã.

Ambas verdadeiras; porém, se considerarmos que Vênus, Estrela da manhã e Estrela da tarde possuem o mesmo significado, poderíamos reescrever as sentenças acima da seguinte maneira:

A' — João diz ter visto Vênus.

B' — João diz nunca ter visto Vênus.

3 Segue-se aqui o entendimento de Frege de verdade, algo recuperado da filosofia grega antiga e que foi mantido pelos outros filósofos citados neste artigo. Frege utiliza “uma abordagem estritamente lógica”; o que torna as proposições “suscetíveis de verdade ou falsidade é uma conexão representativa com a realidade. [...] o que a proposição representa é algo que, sendo efetivamente real, a faz verdadeira, não o sendo, a faz falsa” (SANTOS, 1994, p. 25). Uma origem de tal tipo de raciocínio encontramos em *Da interpretação*, de Aristóteles: “a afirmação é a declaração de que alguma coisa se refere a alguma coisa e a negação é a declaração de que alguma coisa está fora da relação com alguma coisa” (ARISTÓTELES, 2013, VI). Como exemplo mais recente e igualmente sucinto, Ludwig Wittgenstein, seguidor de Frege e Russell, em *Tractatus logico-philosophicus* afirma que “[a] figuração concorda ou não com a realidade; é correta ou incorreta, verdadeira ou falsa. [...] Na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou falsidade” (WITTGENSTEIN, 1994, 2.21 e 2.223). Como ressalta Luiz Henrique Lopes dos Santos (1994, p. 25), essa é uma posição lógica “não comprometida com interesses psicológicos ou epistemológicos”.

O que leva a uma contradição, pois ambas não podem, ao mesmo tempo, ser verdadeiras. O problema ocorre porque há distinção em sentenças que afirmam igualdade entre o mesmo termo ($a = a$), tautológicas, compreensíveis *a priori*, e sentenças que igualam objetos diversos ($a = b$). Considerando palavras e termos diversos como tendo a mesma referência, tratamos os dois casos como iguais: Vênus = Vênus seria o mesmo que Vênus = Estrela da tarde, gerando o problema descrito acima.

Frege soluciona a questão distinguindo entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*): embora Vênus, Estrela da manhã e Estrela da tarde refiram-se ao mesmo objeto, possuem sentidos diferentes. Percebe-se isso no caso de João em relação à Estrela da manhã e à Estrela da tarde — embora a referência seja a mesma para ambos, o sentido é diverso, o que impede uma substituição direta.

No que concerne à literatura, Frege leva em consideração, mas de forma breve, os problemas que personagens literárias podem ocasionar em sua teoria. A frase “Ulisses viveu na Grécia antiga” é verdadeira ou falsa? O filósofo resolve isso aceitando a existência de nomes que possuem sentido (nós compreendemos o nome “Ulisses”), mas nenhuma referência (não é claro se tal homem existiu na realidade), e ignorando possíveis contradições por ser uma questão artística: “é totalmente irrelevante para nós se o nome ‘Ulisses’, por exemplo, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte” (FREGE, 1978, p. 68-69).

A solução pode parecer fraca — para estudiosos da literatura, não é irrelevante a questão de referência no que concerne personagens fictícias. Por exemplo, há diferença entre um enunciado que expresso em relação a eventos ocorridos em *A odisseia* (“Ulisses passou sete anos no cativeiro”) e aqueles que se referem à obra (“Ulisses é uma das personagens de *A odisseia*”), com ambos sendo compreensíveis e possuindo valores de verdade. Um artigo de literatura em que se enunciasse que

“Ulisses passou mil anos no cativeiro”, ou que “Ulisses não é uma das personagens de *A odisseia*”, estaria cometendo equívocos que vão além da mera opinião artística, por irem contra o que “Ulisses” referencia em cada caso.

Esse é um dos problemas que Parsons buscou sanar com os conceitos de objetos nativos e imigrantes. Antes de observarmos como isso foi feito, consideremos como Bertrand Russell abordou a questão.

3. BERTRAND RUSSELL — “SOBRE A DENOTAÇÃO”

Um problema que a filosofia da linguagem busca resolver é o da admissão de existência inerente à predicação. Se digo algo como “O atual rei da França é careca”, estou, ao mesmo tempo, afirmando que ele existe (para poder ser careca ou não)? Se a frase “Pégaso existe” é falsa, por que a compreendo, ao contrário de algo sem sentido como “Svshsh existe”? Se “Pégaso” nada denota, então “Pégaso é Pégaso”, uma tautologia, é falsa? Mas, se admito que Pégaso existe, mesmo que ficcionalmente, também a frase “há um círculo quadrado na minha frente”, mesmo falsa, também dotaria de existência um círculo quadrado?

Para resolver o problema da igualdade entre nomes e termos que podem possuir sentidos (*meaning* — equivalente ao *Sinn* de Frege) diversos, contraditórios, ou mesmo nenhum, como “o atual rei da França” ou “um quadrado redondo”, e o que esses termos denotam ou supostamente denotam (*denotation* — equivalente ao *Bedeutung* de Frege), Russell (1905, p. 479, 483–484) cunha a noção de *frases denotativas*. “Estrela da manhã”, por exemplo, não é um termo com mesma referência/denotação que “Vênus”, porém, com sentido diverso, conforme Frege. “Estrela da manhã” é somente uma *frase denotativa*, sem que ela denote, necessariamente, algo. Frases denotativas, por sua vez, podem ser reescritas, permitindo outro entendimento na relação entre verdade e falsidade. Posso entender

“Estrela da manhã” como sendo “Vênus quando vista de manhã” ou algo similar; quando leio “o atual rei da França”, não leio algo que possui ligação a algo existente, algo que referencie/denote algo, mas apenas uma forma sucinta de escrever a frase denotativa “existe um homem que é o atual rei da França”.

Isso também resolve o problema da contradição do não existente. Se não fizermos uso das frases denotativas conforme concebidas por Russell, temos que a frase “o atual rei da França é careca” é falsa — pois o rei da França não pode ser nada, nem mesmo careca, já que não existe. Porém, pela mesma razão, a frase “o atual rei da França não é careca” seria igualmente falsa, visto que, sendo esse rei inexistente, ele não poderia possuir cabelos. Isso causa uma contradição (o oposto de um enunciado falso seria também falso). Seguindo Russell, substituindo “o rei da França” por “existe um homem que é o atual rei da França”, teríamos:

A — Existe um homem que é o atual rei da França, e ele é careca.

Essa frase é falsa. Sua negação (“Não existe um homem que é o atual rei da França, e ele é careca”) é verdadeira; assim, não é gerada uma contradição. Ao mesmo tempo, ao não estar denotando nada, a frase não abre possibilidade à existência de um atual rei da França — a admissão de existência inerente à predicação tratada anteriormente. Personagens mitológicas recebem soluções similares. A sentença “Pégaso existe” deve ser lida como “Há um cavalo alado e ele existe”, o que não fornece existência ao ser Pégaso (ou a Ulisses, ou a qualquer outro ser fictício) apenas por eu estar falando a respeito dele.⁴

⁴ No texto de Russell são apresentadas formas mais matemáticas de se reescrever algo como “Pégaso” ou “o atual rei da França” do que as apresentadas por nós, com o filósofo utilizando variáveis e funções proposicionais. Explicar isso nos desviaria demais do percurso, exigindo certas bases de lógica matemática.

4. TERENCE PARSONS — *NONEXISTENT OBJECTS*

Tais soluções seriam espinhosas no que concerne aos estudos literários. Como aponta Parsons (1980), para Russell, todas as sentenças que contêm um objeto não-existente seriam sempre falsas. Por exemplo, “Pégaso é alado” seria entendido como “Algo existente é um cavalo alado, é o único cavalo alado, e é alado” (PARSONS, 1980, p. 03), e seria falso — “qualquer sentença simples formulada com algo não-existente seria falsa” (p. 03–04), mesmo que a intenção da frase seja exatamente indicar que não estamos tratando de algo que existe (vale adicionar que reescrever nomes como frases denotativas, como o leitor deve ter percebido, gera uma comunicação prolixa e bastante extensa). E mesmo que Pégaso nada denote, ainda há diferença entre “Havia uma criatura chamada Pégaso na época de Ulisses” (fato fictício) e “Pégaso é um mito” (fato real).

Uma indicação de tais conflitos está presente em certa contradição encontrada no próprio artigo de Russell. Apesar de incluir a personagem Hamlet na mesma lista que o círculo quadrado e os números primos maiores que dois (RUSSELL, 1905, p. 491), o filósofo britânico havia utilizado anteriormente, como forma de explicar a denotação (p. 484), uma afirmação dada pelo rei de *A tempestade* (1611), de Shakespeare, que seria verdadeira. Embora personagens fictícias não existam para Russell, nada denotem, mesmo assim suas *opiniões* podem ser verdadeiras ou falsas.

Terence Parsons busca, na obra *Nonexistent objects* (1980), resolver questões como essas. Partamos de um problema. Imaginemos uma lista feita com todas as qualidades dadas ao objeto Sherlock Holmes que constam nos livros escritos por Arthur Conan Doyle. Se perguntados “Sherlock Holmes possui uma mancha nas costas?”, ao consultar a lista e não encontrarmos tal informação, diremos que a

sentença é falsa. Idem para a questão “Sherlock Holmes não possui uma mancha nas costas?” — ao examinar a lista, não encontraremos tal informação, e diremos então que ela é falsa. Isso geraria uma contradição. Poderíamos exagerar, *ad infinitum*: não sabemos a altura precisa do detetive, a hora exata de seu nascimento etc. Para Parsons (1980), é fundamental entender que essas questões não são *desconhecidas* — fazer isso seria, no caso, dizer que não somos capazes de responder “Holmes possui uma mancha nas costas?” apenas pelo fato de não sabermos tal informação, como seria com uma pessoa real (mesmo que eu não saiba a resposta, a sentença “Fulano possui uma mancha de nascença nas costas”, sendo “Fulano” qualquer ser humano, teria uma resposta cujo valor de verdade seria o oposto do dado pela sentença “Fulano não possui uma mancha de nascença nas costas”). O objeto Holmes, sendo uma personagem construída ficcionalmente, não possui certas características, e tampouco possui as negações de tais características. Parsons (1980, p. 183) nomeia isso de *incompletude* da personagem. Para resolver os dilemas apresentados por personagens fictícias e permitir sentenças adequadas que se referem a objetos *não-existentes*, o filósofo os distingue de objetos reais por serem, em sua maioria, incompletos. Há informações que não podem ser ditas sobre eles — o que, inclusive, é um indicativo de suas não-existências (p. 56).

Para personagens, Parsons (1980) distingue, em seguida, o que seriam propriedades *nucleares* e *extra nucleares*. Propriedades nucleares designam qualidades internas das personagens dentro da ficção onde elas se encontram (“Sherlock Holmes é um detetive”, “Holmes possui um amigo chamado Watson”). Propriedades extra nucleares designam dados que extrapolam a ficcionalidade e relacionam a personagem com o mundo real (“Sherlock Holmes é uma personagem famosa”, “Sherlock Holmes é um detetive fictício”) (PARSONS, 1980, p. 23, 52).⁵

5 Nota-se que, enquanto predicado extra nuclear, a frase “Sherlock Holmes é uma personagem fictícia” é verdadeira. Porém, dentro das histórias escritas por Conan Doyle, isto é, enquanto

Mesmo Pégaso não existindo (entenda-se “existir” como indicando uma presença física no mundo real), a frase “Pégaso é um mito” não perde em nada seu valor. É um objeto não-existente, mas nem por isso sem propriedades.

Mas que livros ficcionais podemos dizer que contêm as qualidades internas de uma personagem? Pode-se pensar que qualquer livro onde tal personagem se encontra seria válido, mesmo que escrito por outro autor ou, por outro lado, que apenas a sua primeira obra contaria. Para Parsons, porém, as qualidades nucleares de Holmes estão dadas no conjunto de obras sobre Holmes escritas por Conan Doyle; as de Ivanhoé, na obra homônima de Walter Scott etc. — o que podemos, por conveniência, definir como sendo o cânone. Se, em uma obra de Conan Doyle, temos que Holmes viveu em 221b Baker Street, então a sentença “Holmes viveu em 221b Baker Street” é verdadeira enquanto propriedade nuclear da personagem.⁶ Porém, se em uma obra fora do cânone, Holmes visitou o Rio de Janeiro, a sentença “Holmes visitou o Rio de Janeiro” é falsa. E essa lógica vale para objetos reais e suas leituras ficcionais. A sentença “Em Londres viveu Sherlock Holmes” é falsa quando falo da cidade real Londres.

Podemos, agora, compreender, quando tratamos de objetos ficcionais, o que são *objetos nativos* e *objetos imigrantes*. A definição dada por Parsons é:

Um objeto ser nativo ou imigrante depende da história em questão. Sherlock Holmes é um objeto nativo das novelas de Conan Doyle, mas ele é um imigrante em muitas outras histórias. Por exemplo, se eu escrevo uma história sobre uma convenção de detetives, e discuto a presença de Sherlock Holmes, Hercule Poirot, Miss Marple, e outros, então esses objetos serão imigrantes à minha história. Londres, Richard Nixon, a atual rainha da Inglaterra, sendo objetos reais, serão objetos imigrantes em qualquer ficção usual em que ocorram. (PARSONS, 1980, p. 51).

predicado nuclear, a frase “Sherlock Holmes é uma personagem fictícia” é falsa (Watson, ao observar Holmes na ficção, não enxerga uma personagem fictícia, mas um detetive amigo seu).

⁶ Caso a personagem receba certa característica em uma obra, e ocorra de em outra obra do cânone tal característica ser negada, temos uma personagem *impossível* (PARSONS, 1980, p. 184).

Em suma, podemos resumir que um objeto ficcional é nativo em seu cânone (Holmes em uma obra de Conan Doyle); um objeto ficcional é imigrante quando está fora de seu cânone (Holmes em uma obra escrita por Jô Soares);⁷ um objeto real é imigrante quando tratado de forma ficcional (Londres em uma obra de Sherlock Holmes).⁸ O mesmo ocorre na ficção histórica. Em *Ivanhoé* (1819), Ricardo Coração de Leão, Robin Hood (independente de ele ser uma personalidade histórica ou lendária) e a Floresta de Sherwood são objetos imigrantes, enquanto Ivanhoé e Rebecca são objetos nativos.

5. PROBLEMAS PARA PARSONS

Terence Parsons é um seguidor das ideias de Alexius Meinong, filósofo austríaco conhecido por ter sido o antagonista das ideias de filósofos mais conceituados atualmente, como Willard Quine e Russell. Meinong, criou teorias capazes de lidar tanto com objetos não existentes (p.e., “uma montanha feita totalmente de ouro”) quanto com objetos impossíveis (p.e., “um círculo quadrado”), sem desconsiderá-las. Em 1948, Willard von Orman Quine, no clássico artigo “Sobre o que há”, lançou o

7 Explicando de outra forma, várias propriedades do objeto Sherlock Holmes indicadas em uma obra de Jô Soares, por exemplo, não são propriedades nucleares de Sherlock Holmes (é algo que entendemos intuitivamente quando falamos que o Holmes de Jô Soares não é o “verdadeiro” Holmes).

8 Há inúmeras diferenças entre as cidades Londres-real e Londres-ficcional: essa possui a característica “nela viveu um detetive chamado Sherlock Holmes”, o que a Londres-real não possui, além de todas as personagens fictícias que habitaram e crimes que ocorreram na Londres fictícia de Conan Doyle, dados que pouca ou nenhuma relação têm com a cidade real. Porém, tratar dessa Londres fictícia pode causar um problema, pois podemos estar nos referindo a ela dentro da ficção ou fora dela. Para esclarecer, Parsons (1980, p. 58) define o termo *surrogate* (substituto), que indica um objeto imigrante quando tratado fora da história. Quando falamos, por exemplo, “A Londres de Conan Doyle é uma reconstrução da Londres real”, estamos tratando, na primeira parte da sentença, de um objeto substituto, e não da Londres enquanto objeto imigrante na ficção — afinal, a Londres ficcional não possui a propriedade nuclear de ser uma reconstrução da Londres real.

seguinte questionamento em relação às ideias do filósofo austríaco (que ele renomeia “Wyman”):

O universo superpovoado de Wyman é desagradável em muitos aspectos. Ofende o senso estético de nós que gostamos de paisagens desérticas, mas isso não é o pior. O aglomerado de possibilidades de Wyman é um terreno fértil para elementos desordenados. Tomemos, por exemplo, o possível homem gordo naquela porta; e, novamente, o possível homem careca naquela porta. Eles são o mesmo homem possível, ou dois homens possíveis? Como decidimos? Quantos homens possíveis existem naquela porta? Existem mais magros do que gordos? Quantos deles são iguais? Ou o fato de serem iguais os tornaria um? Não existem *duas* coisas possíveis iguais? (QUINE, 1980, p. 04, grifos do autor).

A última pergunta é diretamente respondida por Parsons (1980, p. 29): “Não há *duas* coisas iguais, possíveis ou impossíveis”. Isto é, também não há nada desértico em sua teoria — cada objeto, por mais absurdo que seja, é único. Mesmo sendo não-existentes, estão presentes na forma lógica de se enxergar o mundo.

Parsons (1980), com suas definições de propriedades nucleares e extra nucleares, e de objetos nativos e imigrantes, enriqueceu o estudo de objetos não-existentes, com aplicações em outras áreas, como a literatura. Porém, no todo, um mundo repleto de objetos não-existentes continua sendo problemático.

Em *Nonexistent objects* (1980), Parsons admite certas deficiências em sua própria teoria. Indiquemos, de forma não exaustiva, algumas questões apresentadas pelo autor, além de lançarmos outras que podem surgir no campo de estudos literários. Parsons (1980) afirma haver uma exceção ao dado de que personagens ficcionais nativas são incompletas: em um suposto livro que contasse a história completa do universo, com todos os detalhes, “as personagens criadas seriam idênticas a objetos reais” (p. 185). Mas isso não seria um livro de história, negando a ficção? Ou, partindo disso, um problema ontológico mais amplo: um indivíduo real e uma personagem desse suposto livro seriam realmente a mesma coisa, isto é, tanto um ser vivo quanto uma ficção são meras somatórias de sentenças verdadeiras? Uma

comparação problemática, dificilmente lançada por um estudante de literatura, mas determinante na teoria apresentada pelo filósofo e relacionada a essas questões, seria uma no estilo “Terence Parsons é mais alto que Hercule Poirot”; Parsons questiona se isso seria tratado como algo nuclear ou extranuclear (p. 168-169).

O filósofo também admite gastar pouco tempo na questão de objetos imigrantes (PARSONS, 1980, p. 51), concentrando-se mais nos objetos nativos. Mas façamos a suposição de que uma personagem nativa de um livro, digamos uma personagem secundária, recebe maior detalhamento em obras escritas posteriormente por outro autor — ela continuaria a ser imigrante, ou passaria a ser nativa visto o novo e maior desenvolvimento? Há alguma diferença interna entre um objeto imigrante baseado em uma personalidade histórica e um objeto imigrante baseado em uma personagem ficcional (digamos, um Dom Pedro II imigrante e um Sherlock Holmes imigrante)? Se uma versão ficcional de uma personalidade histórica (ou uma versão de uma personagem nativa de outra obra) é extremamente diferente da original (exagerando, digamos que ela possui apenas o mesmo nome), ela se tornaria um objeto nativo, ou se manteria um objeto imigrante com todas suas características sendo falsas? Parsons (1980) busca resolver alguns problemas em relação a mitos, afirmando que, no caso de mitos com origens múltiplas, deve-se buscar o “que é mais comum e mais importante nas várias versões” (p. 207), solução que, para um estudante de literatura, soará como simplista. Em seguida, o filósofo depara-se com o problema de mitos que foram, um dia, tomados como reais (digamos, dragões, ou a Terra ser o centro do Universo) — seriam então afirmações falsas sobre o real, ou afirmações verdadeiras sobre o ficcional? Não há respostas, assim como não há para lendas, isto é, personalidades históricas que são conhecidas mais pelas ficções criadas ao redor delas (o filósofo cita Homero e Noé) do que por fatos históricos. As perguntas são muitas, e indicam que as teorias apresentadas na obra *Nonexistent objects* (1980) pedem maior desenvolvimento. Assim como Parsons aprimorou certas concepções de Meinong,

aceitou algumas, recusou outras, seria preciso algo similar que perpetuasse os estudos do filósofo estadunidense.

6. CONCLUSÃO

Observamos, nos trabalhos de Frege, Russell e Parsons, uma busca pela evitabilidade de contradições. Toda ciência, seja de exatas ou de humanas, deseja, além de evitar conflitos lógicos, clareza e praticidade. Como aponta Quine (1980), um mundo superpovoado não é o ideal: quanto mais objetos houver, maior é a chance de confusão, erros, novas contradições. É problemático levarmos em consideração objetos impossíveis (o atual rei da França) ou contraditórios em si mesmos (um círculo quadrado). Ao mesmo tempo, é necessário lidar com a ficção literária, entender o que suas personagens e eventos referenciam, e não somente em estudos literários. Ela é também fundamental em outras áreas, sendo utilizada em disciplinas variadas como provas de dados factuais, servindo de base para a compreensão do mundo. Tomando um exemplo entre muitos, Sigmund Freud, ao tratar da autocrítica fruto da melancolia, utiliza, como paradigma, a personagem Hamlet: “quem chegou a tal avaliação de si mesmo e a revela aos outros — um gênero de avaliação como a que o príncipe Hamlet aplicava a si mesmo e aos outros — está doente [...]” (FREUD, 2006, p. 106). Como uma personagem fictícia poderia estar embasando um estudo que trata da psicologia humana se, como Frege (1978) afirmou, fosse irrelevante o que ela referencia? Ou se, de acordo com Russell, o nome “Hamlet” fosse somente uma não-entidade similar ao círculo quadrado?

Aquilo que Russell (1905) resolveu graças a um novo entendimento do que é a denotação — esvaziando o universo de objetos impossíveis e inexistentes, tratando esses objetos como sendo somente relações entre palavras — talvez tenha causado um esvaziamento grande demais. Ao mesmo tempo, devemos ter cuidado com objetos

não-existentes, pois a literatura possui, sim, seus círculos quadrados: o quarto romance que Machado de Assis escreveu após *Memorial de Aires* (1908), que nunca existiu, jamais será foco de estudos; a personagem chinesa protagonista de *Quincas Borba* (1891), por não existir, tampouco fará parte do universo dos estudos literários.

Levando em conta a complexidade da questão, da qual mostramos aqui apenas alguns aspectos e alguns autores, podemos concluir que as noções de Parsons (1980) sobre objetos nativos e imigrantes são ricas, pois permitem um manejo útil de personagens e ambientes ficcionais, embora peçam ao estudioso certo cuidado. Saber de onde vieram tais termos e o que buscaram alcançar pode evitar utilizações inadequadas; e, quem sabe, incitar futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Da interpretação*. São Paulo: Unesp, 2013.

FREGE, Gottlob. "Sobre o sentido e a referência". In _____. *Lógica e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978, p. 59-86.

FREUD, Sigmund. "Luto e melancolia". In _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. II. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MIGNOLO, Walter. "Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa". In CHIAPPINI, Ligia; WOLF, Flávio (org.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 115-135.

PARSONS, Terence. *Nonexistent objects*. New Haven/London: Yale University Press, 1980.

QUINE, Willard von Orman. "On what there is". In _____. *From a logical point of view*. 2ª ed. Cambridge/London: Harvard University Press, 1980, p. 01-19 [1948].

RUSSELL, Bertrand. On denoting. In *Mind*, new series, vol. 14, nº 56, out. 1905, p. 479-493.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. "Apresentação". In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1994, p. 09-112.

WEINHARDT, Marilene. “Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular”. In _____ (org.). *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: UEPG, 2011, p. 13–55.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em: 15/02/2022

Aceito em: 21/03/2022